

O sonho acabou?



Por **DANIEL COSTA***

Ao se refletir sobre o legado dos governos Lula, é imperativo reconhecer que as conquistas sociais e econômicas alcançadas não são meros números, mas transformações concretas que redefiniram a trajetória de milhões de brasileiros

1.

Nos últimos anos, com a consolidação das redes sociais como um dos principais palcos do debate público e político, tornou-se cada vez mais frequente a presença de influenciadores autoproclamados de esquerda que direcionam duras críticas, constantemente, ao presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores. Esses criadores de conteúdo, atuando principalmente no YouTube, Twitter (X) e TikTok, vêm construindo sua relevância política e social, ainda que esta se restrinja ao nicho da esquerda e centro-esquerda, ao assumirem uma postura permanentemente opositora.

Eles se posicionam contra o que classificam como “esquerda conciliadora”, “governo de conciliação” e outros epítetos que buscam deslegitimar o atual governo. Embora se apresentem como vozes críticas necessárias, vale questionar até que ponto sua retórica contribui para o avanço das lutas populares ou somente para o próprio crescimento digital.^[i]

Ainda que, à primeira vista, esse comportamento possa parecer um exercício de crítica independente, cabe questionar quais motivações realmente impulsionam esse discurso: a genuína busca por transformações profundas na sociedade ou o mero aproveitamento econômico de um pretenso ativismo digital?

A maioria desses influenciadores que se apresentam como oposição de esquerda dissemina a narrativa (termo tão valorizado nesse meio) de que ‘o sonho acabou’, sugerindo que qualquer possibilidade de mudança radical teria sido inviabilizada pelas concessões políticas ou pelos pactos estabelecidos, especialmente pelo Partido dos Trabalhadores, com os setores dominantes da sociedade.

Tal interpretação, no entanto, desconsidera provas tangíveis das importantes conquistas alcançadas durante os governos do PT. Longe de representar um exame criterioso, essa postura revela antes um oportunismo argumentativo que se mascara de profundidade analítica.

Ao declarar o fim das utopias, no caso a construção de um país democrático e popular, esses críticos não só ignoram as lutas coletivas e as conquistas materiais obtidas por amplos setores da população; mas também se distanciam de um projeto político que, embora marcado por contradições, segue transformando realidades e abrindo perspectivas de futuro.^[ii]

Embora a crítica bem fundamentada seja essencial, ela não pode se resumir à mera performance ou à competição por

engajamento virtual. O desafio crucial reside em distinguir entre o debate realmente propositivo e uma oposição superficial que, em última instância, serve mais aos algoritmos das plataformas digitais do que às causas que pretende defender.^[iii]

Se há uma forte influência desses personagens no nicho progressista das redes sociais, a realidade concreta revela um cenário distinto. Os dados eleitorais comprovam essa desconexão: partidos situados à esquerda do PT, como PCB, UP ou PSTU, apresentam desempenho eleitoral marginal.^[iv]

Quando analisamos o mapa de votação, a distância dessas agremiações em relação às camadas populares torna-se ainda mais evidente. Embora cumpram papéis relevantes no debate programático e na mobilização de pautas específicas, sua capacidade de se consolidar como alternativa governamental ou força política majoritária permanece extremamente limitada.

Em contraste, Lula foi eleito em 2022 para seu terceiro mandato com mais de 60 milhões de votos, obtendo apoio majoritário entre mulheres, negros, nordestinos e pessoas de baixa renda, justamente o segmento que deveria constituir o núcleo central de qualquer projeto de esquerda que se pretenda popular.

Este descompasso entre o discurso radicalizado dos influenciadores digitais e a realidade do povo brasileiro revela uma estratégia que prioriza a busca por visibilidade em detrimento do enraizamento popular, substitui a organização política consistente por polêmicas fáceis e troca a coerência programática por um engajamento superficial.

Em vez de contribuir para a construção de um projeto nacional emancipatório, muitos se dedicam a um jogo de purismo ideológico, cujo único resultado concreto é enfraquecer as raras experiências governamentais que efetivamente melhoraram a vida da população, ainda que circunscritas aos limites históricos.

Naturalmente, o PT e Lula não estão acima de críticas. A questão central reside no propósito dessas críticas: servem aos interesses populares ou aos interesses particulares dos influenciadores? Diante disso, a chamada “esquerda digital” precisa urgentemente definir suas prioridades: deseja ser relevante nos algoritmos ou no processo histórico?

Pois, em última análise, os rumos do país não são determinados por visualizações no YouTube, mas sim pela construção política de base, pelo voto das periferias, pela mobilização popular e pela capacidade de dialogar para além dos círculos progressistas^[v].

Apesar de todas essas críticas (que, em última análise, ecoam o discurso da mídia hegemônica)^[vi], o Partido dos Trabalhadores mantém-se como a maior e mais organizada força de esquerda da América Latina, além de ser o segundo maior partido político do Brasil, com aproximadamente 2,9 milhão de filiados e presença em 67% dos municípios brasileiros. Essa capilaridade e solidez institucional resultam de um processo histórico contínuo de organização popular^[vii].

A relevância dessa estrutura robusta torna-se evidente quando consideramos que, em pouco mais de quatro décadas de existência, o PT já conquistou cinco mandatos presidenciais. Mais significativo ainda, analistas políticos destacam que a sobrevivência do partido independe de figuras presidenciais, graças precisamente a essa base enraizada em movimentos sociais e comunidades.

É crucial, contudo, fazer a distinção entre partido e governo. O PT, enquanto organização política, transcende seus períodos no exercício do poder. Essa distinção revela que as críticas ao governo Lula não devem ser equiparadas à crítica ao partido enquanto projeto político-histórico. O PT não se reduz a um governo específico; trata-se, antes, da ferramenta que historicamente viabilizou a transformação de demandas populares em políticas públicas concretas – ainda que dentro dos limites, conflitos e compromissos inerentes ao processo político.^[viii]

2.

Os dados que comprovam a efetividade dessas políticas exigem um reconhecimento objetivo, pois os indicadores disponíveis evidenciam de maneira clara como o PT, quando governo e com apoio popular, promoveu transformações profundas em quatro dimensões fundamentais: na esfera econômica, na inclusão social, na redução das desigualdades e na reconstrução do Estado.

Essas conquistas assumem concretamente o papel de um projeto emancipatório de esquerda, distante de ser mera arena de disputas retóricas. Ao examinar esses fatos, o leitor poderá avaliar por si se o sonho realmente acabou, ou para quem especificamente esse sonho pode ter terminado.

O período dos dois primeiros governos do presidente Lula (2003 - 2010) representou uma transformação histórica para o Brasil, ao conciliar crescimento econômico com redução das desigualdades de forma inédita. Diferentemente de ciclos anteriores, o desenvolvimento não ocorreu mediante concentração de renda, mas por meio de uma efetiva redistribuição dos frutos do crescimento.^[ix]

O país experimentou um salto qualitativo em sua posição internacional, ascendendo da 13ª para a 6ª economia mundial, com o PIB per capita crescendo, 30% entre 2004 e 2013 (média anual de 2,6%)^[x]. Esse desempenho foi sustentado principalmente pelo consumo interno, que representava mais de 60% da economia, demonstrando que o crescimento não dependeu exclusivamente do ciclo de *commodities*, mas sim de políticas consistentes de inclusão social e elevação da renda popular.

O eixo central dessa estratégia foi a geração de emprego e renda. Foram criados 23 milhões de postos de trabalho formais, com aumento real de 77% no salário mínimo, levando a taxa de desemprego ao menor patamar histórico (4,8% em 2014). Paralelamente, ocorreu uma significativa formalização do mercado de trabalho, com a proporção de trabalhadores com carteira assinada subindo de 45,7% para 57,7% no período^[xi].

Esse ciclo virtuoso foi possibilitado pela atuação estratégica do Estado através de bancos públicos, políticas de crédito dirigido, apoio à agricultura familiar e investimentos em infraestrutura. O resultado foi a implantação de um novo padrão de desenvolvimento, baseado em políticas redistributivas, ampliação de direitos e fortalecimento do mercado interno, que se manteve parcialmente nos primeiros anos do governo seguinte.

No campo social, os avanços alcançados foram profundos e abrangentes. O programa Bolsa Família, criado nos primeiros anos do governo Lula em 2003, tornou-se uma política pública fundamental, beneficiando cerca de 14 milhões de famílias até 2015. Seus impactos foram multifacetados, melhorando significativamente os indicadores de educação (com aumento na frequência escolar), saúde (com acompanhamento médico regular) e segurança alimentar.

Essa iniciativa foi complementada por outros programas sociais de impacto significativo, como o Brasil Carinhoso, que focou especificamente na proteção integral à primeira infância, resgatando milhões de crianças de situações críticas de vulnerabilidade.

A estratégia integrada de combate à pobreza produziu resultados transformadores: 36 milhões de brasileiros superaram a extrema pobreza, enquanto outros 42 milhões alcançaram melhores condições de vida, elevando-se socialmente. Os indicadores sociais registraram avanços históricos - a pobreza extrema caiu drasticamente de 9,3% para somente 1% da população, os casos de desnutrição reduziram-se em 58%, e a mortalidade infantil foi reduzida à metade.

Como síntese dessas conquistas, o coeficiente de Gini^[xii] atingiu a marca inédita de 0,49, refletindo a maior redução da

desigualdade de renda já registrada no país. Esses números comprovam a eficácia das políticas sociais implementadas, que promoveram uma verdadeira inclusão produtiva das camadas mais pobres da população^[xiii].

Essa combinação de políticas públicas – que incluía ainda o aumento real do salário mínimo e a expansão do emprego formal – permitiu ao Brasil sair do Mapa da Fome da ONU/FAO, um marco civilizatório^[xiv]. O rendimento per capita dos 40% mais pobres cresceu em ritmo superior à média nacional, demonstrando a eficácia do modelo de desenvolvimento com inclusão social implementado durante esse período.

A educação foi elevada à condição de prioridade estratégica nacional, com um aumento de 206% nos investimentos públicos em termos reais. Essa injeção de recursos permitiu uma profunda reestruturação do sistema educacional, organizada em três eixos fundamentais: ampliação do acesso, garantia de permanência e melhoria da qualidade em todos os níveis de ensino.

A criação do Fundeb representou um marco no financiamento da educação básica, enquanto a revogação de mecanismos que desviavam recursos do setor possibilitou uma expansão histórica da infraestrutura educacional; fato evidenciado pela ampliação da rede federal de ensino superior – que saltou de 45 para 65 universidades e de 148 para 327 campi.

Nesse percurso, ainda foi possível presenciar o crescimento das matrículas em instituições federais de 500 mil para mais de 1 milhão de estudantes, permitindo que muitas famílias tivessem, pela primeira vez, integrantes acessando o ensino superior, e o mais significativo: em instituições públicas^[xv].

Destaca-se ainda como resultado das políticas implementadas o expressivo aumento de 268% na presença de jovens negros no ensino superior e pela oportunidade de intercâmbio internacional proporcionada a quase 100 mil estudantes através do programa Ciência Sem Fronteiras^[xvi].

As políticas afirmativas foram peça-chave nesse processo. A Lei de Cotas, junto com programas como ProUni, FIES e SiSU, garantiu o acesso ao ensino superior para estudantes historicamente excluídos – negros, pobres e egressos da escola pública. Em 2015, 35% dos formandos eram os primeiros em suas famílias a obter um diploma universitário, demonstrando o poder transformador dessas iniciativas^[xvii].

As expressivas conquistas na área da educação não se limitaram ao ensino superior. Houve significativa ampliação da rede de creches e escolas técnicas, criando um *continuum* formativo que atendia desde a primeira infância até a pós-graduação. O resultado foi a construção de um sistema mais justo e inclusivo, que combinava excelência acadêmica com democratização de oportunidades.

Durante o período dos governos Lula marcou um significativo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com avanços notáveis na cobertura e qualidade dos serviços prestados à população. O programa Mais Médicos, implementado em 2013, representou uma revolução no atendimento primário, levando assistência médica a 63 milhões de brasileiros em regiões anteriormente desassistidas, por meio da contratação de mais de 18 mil profissionais, com atuação prioritária em áreas periféricas e remotas do país.

A ampliação da rede de atenção básica foi uma das principais conquistas, com a cobertura saltando de 33% para 69% da população no período. Essa expansão foi acompanhada por investimentos maciços na estruturação do sistema, que incluíram a implantação de novas unidades básicas de saúde, a consolidação do SAMU como serviço de emergência nacional e o fortalecimento de programas essenciais como Farmácia Popular e Brasil Sorridente, que garantiram acesso a medicamentos e tratamentos odontológicos para milhões de brasileiros.

Os recursos destinados à saúde pública triplicaram, passando de R\$ 30 bilhões em 2003 para mais de R\$ 105 bilhões em

a terra é redonda

2015, sempre respeitando os pisos constitucionais. Paralelamente, as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) impulsionaram a política industrial do setor, estimulando a produção nacional de medicamentos e insumos estratégicos, o que resultou na redução de custos e na democratização do acesso a tecnologias médicas avançadas^[xviii].

O modelo brasileiro de combate ao HIV/AIDS, reconhecido internacionalmente como exemplar, continuou a ser referência global, combinando políticas eficazes de prevenção com tratamento universal e gratuito. Esse conjunto de medidas transformou profundamente o panorama da saúde pública no Brasil, garantindo acesso universal e qualidade nos serviços prestados à população.

O programa Minha Casa, Minha Vida emergiu como a principal iniciativa na política habitacional do período, transformando a vida de milhões de brasileiros entre 2009 e 2016. Com 4,5 milhões de moradias contratadas e 3,3 milhões entregues, o programa focou especificamente nas famílias com renda de até três salários mínimos – grupo que representava mais de 80% do déficit habitacional do país.

Além do evidente impacto social ao garantir moradia digna, a iniciativa gerou significativos resultados econômicos: cerca de 1,7 milhão de empregos diretos e indiretos foram criados, e aproximadamente metade dos recursos investidos retornou aos cofres públicos através da arrecadação tributária, demonstrando a viabilidade econômica das políticas sociais bem estruturadas^[xix].

Paralelamente, os governos implementaram uma vigorosa política de desenvolvimento regional que buscou reduzir as históricas desigualdades entre as diferentes partes do país. O Nordeste, tradicionalmente a região mais carente, registrou um crescimento de renda impressionante de 42%, mais que o dobro da taxa observada no Sudeste (16%).

Essa transformação foi impulsionada por investimentos estratégicos em infraestrutura hídrica, incluindo a construção de mais de um milhão de cisternas no semiárido e o avanço das obras de transposição do Rio São Francisco, que mudaram radicalmente a qualidade de vida em comunidades secularmente marginalizadas^[xx].

A combinação dessas iniciativas com a descentralização dos serviços federais de educação e saúde, somada à ampliação de programas como Bolsa Família e Previdência Rural, resultou em melhorias concretas nos indicadores sociais das regiões menos desenvolvidas.

O Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram as maiores taxas de crescimento no emprego formal e nos índices de desenvolvimento humano, comprovando a eficácia das políticas voltadas para a redução das desigualdades regionais. Esse modelo demonstrou ser possível conciliar crescimento econômico com inclusão social e desenvolvimento territorial equilibrado, rompendo com padrões históricos de concentração de renda e oportunidades.

Dessa forma, os governos liderados pelo presidente Lula (2003-2010) e com continuidade parcial no primeiro mandato de Dilma Rousseff marcaram um período transformador na história brasileira, estabelecendo um paradigma inédito que harmonizou crescimento econômico sustentável com profunda inclusão social. Este modelo inovador conseguiu conciliar estabilidade macroeconômica com políticas sociais abrangentes, resultando em avanços estruturais que modificaram permanentemente o perfil socioeconômico do país.

Mais do que números impressionantes – como a retirada de 36 milhões da extrema pobreza ou a ascensão de 42 milhões à classe média –, essas administrações implementaram uma visão de desenvolvimento que colocou o combate às desigualdades no centro da estratégia nacional. O Brasil deixou de ser referência somente por suas disparidades sociais para se tornar um exemplo internacional de políticas públicas inclusivas, reconhecido por organismos multilaterais^[xxi].

O golpe parlamentar-midiático-jurídico que derrubou a presidenta eleita Dilma Rousseff em 2016 marcou a ruptura violenta desse ciclo virtuoso de desenvolvimento nacional. Esta manobra antidemocrática, articulada por setores do

Congresso, do Judiciário e da grande mídia, revelou a natureza frágil das instituições brasileiras frente aos interesses das elites econômicas^[xxii]. Nos anos que se seguiram, sob os governos do ilegítimo Michel Temer e do protomiliciano Jair Bolsonaro, assistimos ao sistemático desmonte das políticas públicas que haviam transformado a vida de milhões de brasileiros.

Os números apresentados até aqui demonstram que os avanços alcançados entre 2003 e 2016 não foram obra do acaso, mas sim resultado de um projeto nacional democrático e popular. Um modelo que combinava crescimento econômico com distribuição de renda, desenvolvimento industrial com inclusão social, soberania nacional com integração regional solidária. O golpe de 2016 representou justamente a reação das oligarquias contra este projeto emancipatório^[xxiii].

3.

A vitória de Lula em 2022, conquistada por meio de uma ampla coalizão política, deu início a um governo que enfrenta obstáculos inéditos: um Congresso hostil, pressões do mercado financeiro e heranças nefastas dos governos anteriores. Apesar dessas dificuldades, o terceiro mandato de Lula tem conseguido promover um raro equilíbrio entre crescimento econômico consistente e avanços sociais significativos, demonstrando a resiliência do projeto desenvolvimentista com inclusão.

Em 2023, o PIB brasileiro cresceu 3,2%, superando as projeções iniciais de apenas 0,8%. No ano seguinte, a expansão alcançou 3,4%, colocando o Brasil entre as cinco economias com melhor desempenho no mundo. Esse ritmo se manteve no primeiro trimestre de 2025, com crescimento de 1,4% em relação ao trimestre anterior e uma média de 3,5% nos últimos doze meses.

Esses números refletem a retomada de um ciclo virtuoso, impulsionado pela geração de empregos, aumento do consumo interno e políticas industriais ativas^[xxiv]. O impacto mais visível dessa recuperação econômica está no mercado de trabalho. A taxa de desemprego caiu para 6,1% em 2024 – o menor patamar desde 2012 –, enquanto o número de ocupados atingiu a marca histórica de 104 milhões de pessoas.

Desse total, 39 milhões são trabalhadores com carteira assinada, evidenciando um processo robusto de formalização. Entre abril de 2023 e maio de 2025, foram criados 5,2 milhões de empregos, sendo 2,8 milhões com registro em carteira. Paralelamente, o rendimento médio real dos trabalhadores aumentou cerca de 8%, passando de R\$ 3.229 para R\$ 3.487, reforçando o caráter inclusivo desse crescimento^[xxv].

Os benefícios desse desempenho econômico têm sido distribuídos de forma mais equitativa. O rendimento domiciliar per capita chegou a R\$ 2.020 em 2024, com alta de 4,7% em relação ao ano anterior. Os 20% mais pobres foram os que mais ganharam em termos proporcionais, contribuindo para uma redução da desigualdade: o coeficiente de Gini caiu para 0,506, o menor nível desde 2012.

A razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres diminuiu de 17,1 vezes em 2018 para 13,4 vezes em 2024, indicando um lento, porém consistente, movimento de redistribuição de renda. Os indicadores de pobreza apresentaram queda expressiva: a taxa de pobreza extrema recuou para 4,4% no final de 2023, enquanto a pobreza total caiu de 31,6% em 2022 para 27,4%.

Um dos resultados mais impactantes foi a redução drástica da insegurança alimentar severa, com o número de pessoas nessa situação caindo de 17,2 milhões em 2022 para somente 2,5 milhões em 2023, o que significa que aproximadamente 14,7 milhões de brasileiros saíram da condição de fome^[xxvi].

Esses avanços são fruto da ampliação e fortalecimento das políticas sociais. O programa Bolsa Família, reformulado e expandido, atingiu a marca histórica de R\$ 170,4 bilhões em transferências em 2024, beneficiando 20 milhões de famílias. Dados revelam que 91% dos trabalhadores admitidos no mercado formal entre 2023 e 2024 eram beneficiários ou ex-beneficiários do programa, demonstrando a eficácia da articulação entre assistência social e inclusão produtiva.

Paralelamente, a retomada de programas como Mais Médicos e Mais Professores, somada aos avanços na regularização de terras quilombolas e indígenas, contribuiu para ampliar o acesso a serviços essenciais e fortalecer direitos fundamentais.

O setor produtivo brasileiro apresentou recuperação significativa entre 2023 e 2025, com destaque para a indústria automotiva, que registrou crescimento de 15% em 2024, e a construção civil, que avançou 4,1% no mesmo período. Esses resultados foram impulsionados pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contratou R\$ 711 bilhões em investimentos até junho de 2025.

A formação bruta de capital fixo acompanhou essa trajetória, com alta de 7,3%, sustentada por expansão nos setores de construção e tecnologia. Embora o agronegócio tenha sofrido queda de 3,2% devido a adversidades climáticas, os setores industrial e de serviços mantiveram o ritmo de expansão econômica^[xxvii].

No comércio exterior, o Brasil alcançou superávit histórico: US\$ 98,9 bilhões em 2023 e US\$ 74,6 bilhões em 2024, fortalecendo a balança de pagamentos. A política externa ativa permitiu a abertura de mais de 340 novos mercados para produtos agrícolas brasileiros e atraiu R\$ 27 bilhões em investimentos chineses para pesquisa e desenvolvimento e energia renovável^[xxviii].

O terceiro mandato do presidente Lula consolida um modelo de desenvolvimento que articula crescimento econômico sustentável, com expansão superior a 3% ao ano por dois anos consecutivos; geração recorde de empregos formais, recuperação da renda dos trabalhadores e redução estrutural da pobreza e das desigualdades, além da retomada dos programas sociais e de infraestrutura em larga escala.

Apesar do cenário adverso – marcado por tensões com o mercado financeiro e desequilíbrios fiscais herdados, o governo demonstrou capacidade de promover um ajuste fiscal gradual, reduzindo o déficit primário de 2,28% do PIB em 2023 para 0,09% em 2024, sem recorrer a cortes brutais nos investimentos sociais. Essa trajetória comprova a viabilidade de um projeto que harmonize desenvolvimento econômico, inclusão social e responsabilidade fiscal^[xxix].

Contudo, a sustentabilidade desse modelo enfrenta obstáculos políticos decisivos, como a sabotagem sistemática por parte de um Congresso hostil, que diuturnamente busca inviabilizar as principais iniciativas do governo. Além das pressões por uma agenda fiscal neoliberal que mesmo setores do próprio governo, incluindo economistas de perfil mais ortodoxo, eventualmente assimilam, em prejuízo de uma estratégia desenvolvimentista e distributiva.

4.

A trajetória dos governos Lula representa, assim, um marco na redução da pobreza e na promoção da justiça social no Brasil. Seus mandatos, tanto os dois primeiros quanto o atual, destacam-se pela combinação entre crescimento econômico e políticas públicas voltadas à redistribuição de renda e à ampliação de direitos básicos, como alimentação, saúde, educação e moradia. Esse modelo singular permitiu que milhões de brasileiros, historicamente excluídos, tivessem acesso a condições mínimas de dignidade.

Programas como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, ProUni, Mais Médicos e o Pronatec transformaram a realidade de famílias pobres, garantindo desde o acesso ao ensino superior até a posse da primeira casa de alvenaria. Medidas como

a terra é redonda

essas não apenas melhoram indicadores sociais, mas redefinem o conceito de cidadania para parcelas da população que antes viviam à margem das políticas de Estado. A possibilidade de consumir três refeições diárias, ter um médico próximo ou matricular os filhos na universidade deixou de ser uma exceção para se tornar uma realidade palpável^[xxx].

Apesar dos avanços inegáveis, setores da esquerda crítica ao lulismo tendem a minimizar esses resultados, focando em suas limitações estruturais, como a conciliação com o capital financeiro ou a ausência de reformas mais profundas. Embora essas análises sejam válidas, é essencial não perder de vista o impacto concreto dessas políticas na vida das classes populares. Para quem saiu da miséria, um posto de saúde ou uma bolsa de estudos não são “pequenos progressos”, e sim mudanças que reconfiguram trajetórias individuais e coletivas.

Ignorar a relevância dessas conquistas empobrece o debate progressista e afasta à esquerda das bases que mais se beneficiaram delas. Reconhecer o legado dos governos Lula não significa prescindir da crítica, mas contextualizá-la: foi o período em que o Estado mais avançou na inclusão material dos pobres na história republicana^[xxxii]. Em um cenário de ascensão da extrema-direita e de desmonte de políticas sociais, esse modelo prova que é possível crescer com distribuição de renda, mesmo em contextos adversos^[xxxiii].

O terceiro mandato de Lula reafirma essa perspectiva, demonstrando que a retomada do crescimento não precisa sacrificar programas sociais. Consolidar e expandir essas conquistas é o desafio atual, garantindo que o desenvolvimento econômico continue a reduzir desigualdades. Mais do que um marco de governo, o legado desse período serve como referência para qualquer projeto futuro que una prosperidade e justiça social.

Desse modo, não há exagero em afirmar que a experiência petista na Presidência da República revela que um país mais justo e soberano não é utopia, mas uma construção em curso. Essa realidade se renova a cada criança que ingressa na escola, a cada jovem negro que acessa a universidade e a cada família que supera a pobreza. Enquanto existir mobilização popular e compromisso com os excluídos, esse projeto seguirá vivo – não como abstração distante, mas como processo histórico concreto que atravessa décadas.

Para encerrar, recorro às teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história para reafirmar que qualquer reflexão ou avaliação precisa ser narrada para além dos vencedores e de suas versões dominantes, dando voz a todos os sujeitos que transformam a realidade, assim como àqueles que tiveram sua realidade transformada.

A empatia histórica, quando voltada somente aos dominadores, perpetua a invisibilidade dos que resistem e sofrem, mantendo uma cultura que, por trás do progresso, carrega as marcas da barbárie e da exclusão. Por isso, o desafio daqueles que se colocam hoje à esquerda do governo é “escovar a história a contrapelo”^[xxxiiii], revelando essas tensões, mas valorizando as conquistas concretas que mudaram vidas, mesmo quando ainda há muito a avançar.

Essa é a forma de construir um projeto que não apenas reconheça as limitações estruturais, mas que também legitime a experiência dos que efetivamente transformaram sua condição social, fortalecendo o projeto de justiça e inclusão que segue em construção. Fora disso, arrisca-se produzir um discurso vazio, focado na busca por benesses ou na monetização promovida pelos algoritmos.

P. S. – Em meio ao processo de escrita do texto publicado acima, o governo passou por uma derrota simbólica, quando, ao quebrar acordos já pactuados, o Congresso Nacional decidiu derrubar o decreto presidencial que aumentava o IOF sobre remessas ao exterior. Tal decisão representou uma derrota política significativa para o governo Lula.

A medida, para além do apelo simbólico e fiscal, visava combater desigualdades tributárias. Ao ser revertida por ampla maioria no Congresso, ficou exposta não apenas a fragilidade da articulação do Executivo, mas também os limites de um presidencialismo que, desde o pacto forjado com o advento da Nova República, sofreu grandes fissuras e passou a conviver

a terra é redonda

com um sistema parlamentar informal, movido a emendas, chantagens e alianças conjunturais cada vez mais instáveis^[xxxiv].

Dessa forma, torna-se fundamental que a retórica de compromisso com os mais pobres, tão presente no discurso do atual governo, se traduza em capacidade efetiva de enfrentamento institucional.

Essa derrota, e não podemos tratá-la de outra maneira, demonstra que, apesar dos avanços sociais e econômicos do terceiro mandato, há uma dissociação entre a ação programática do Executivo e a dinâmica do Legislativo. O “parlamentarismo de emendas”, como se consolidou nos últimos anos, tornou-se um obstáculo recorrente para qualquer iniciativa que toque em interesses econômicos ou confronte privilégios estabelecidos^[xxxv].

Essa estrutura fortalece a lógica de captura do Estado por interesses difusos, que vão desde o agronegócio até setores do mercado financeiro, e exige do governo muito mais do que apelos éticos e alianças pontuais com o Centrão. Exige, sobretudo, disputa política organizada, estratégica e permanente.

Portanto, para que o projeto democrático-popular se sustente e avance, o governo precisará construir novos instrumentos de enfrentamento a essa arquitetura de obstrução. Isso passa não apenas pela recomposição de sua base no Congresso, mas também pela mobilização social, pelo diálogo direto com a sociedade e pela politização das decisões econômicas e fiscais^[xxxvi].

Essa tarefa cabe, fundamentalmente, ao governo e ao Partido dos Trabalhadores, especialmente diante de um cenário em que, paradoxalmente, alguns dos que se colocam como “faróis” da oposição pela esquerda chegaram a sugerir que a derrubada do IOF seria uma espécie de combinação entre o Congresso e o Executivo.

Segundo esses argumentos, a manobra serviria para abrir caminho a mudanças nas regras de vinculação orçamentária da saúde e da educação, bem como na indexação do salário mínimo. Recuperando a conhecida máxima de Antonio Gramsci, segundo a qual “o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer”^[xxxvii], esses grupos parecem apostar na ideia de parasitar um suposto cadáver político, o PT, para daí emergirem como alternativa.

No entanto, o partido está longe da crise anunciada por esses “aliados” de esquerda ou pela própria direita. Até o momento, o que se mostra com nitidez é que esse novo deverá surgir de dentro do próprio partido, que precisa ter clareza quanto ao projeto que deseja para o país. Fora disso, o que há é apenas um grupo de beatos da revolução pregando para seus convertidos.

Se o sonho de transformação ainda está vivo, ele só poderá se consolidar mediante a recuperação da força política de um campo popular articulado, capaz de tensionar, disputar e desnaturalizar a governabilidade subordinada às emendas e ao mercado. O desafio está posto: governar com o povo ou seguir refém de um sistema que sabota, de forma cada vez mais explícita, qualquer possibilidade de reforma estrutural.

***Daniel Costa** é mestrando em História pela Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

Referências

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 57, p. 123-140, mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987316245708>. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/rsocp/a/4BhqdwbbvKRGRKPBwhH3OON/>.

ARGÓLO, Herick. *A Estratégia Democrático-Popular*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-estrategia-democratico-popular/>.

BARROS, Celso Rocha de. *PT, uma história*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito de história*. In: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Fome Zero: uma história brasileira*. Vol. 1. Brasília, DF: MDS, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O Brasil sem miséria*. Organização de Tereza Campello, Tiago Falcão e Patricia Vieira da Costa. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf.

CARDOSO JR., José Celso (org.). *A Constituição golpeada: 1988-2018*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

DANIELLY, Caroliny de Andrade. *Uma análise do desenvolvimento e os efeitos econômicos e sociais dos programas PAC e Bolsa Família no Nordeste (2003-2016)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40562>.

EUCLYDES, Fillipe Maciel; MOREIRA, Vinícius de Souza; HOELZLE MARTINS, Andreia de Fátima; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. O processo de política pública do “Minha Casa, Minha Vida”: criação, desenvolvimento e extinção. *Revista de Sociologia e Política*, v. 30, e020, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/XzN3FcCLxhX7dtzWBfdbhyN/>.

FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. *Texto para discussão IE/UNICAMP*, Campinas, n. 192, jun. 2011. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3105/TD192.pdf>.

FIORI, José Luis. *Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI*. In: SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John. A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2012. DOI: 10.1590/S0103-20702012000100011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MCpn4TVRLsJtFH84T3jxCS/>.

GUERRA, Alexandre; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de; MELLO, Guilherme Santos; ROCHA, Igor; JAKOBSEN, Kjeld (et al.). *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (organizadores). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARQUES, Rosa Maria; PIOLA, Sérgio Francisco; CARRILLO ROA, Alejandra (Orgs.). *Sistema de saúde no Brasil: organização e financiamento*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES); Brasília: Ministério da

Saúde, Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento; OPAS/OMS no Brasil, 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_saude_brasil_organizacao_financiamento.pdf.

MENEGOZZO, Carlos Henrique Metidieri; KAREPOVS, Dainis; MACIEL, Aline Fernanda; SILVA, Patricia Rodrigues da; CESAR, Rodrigo. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. A política de saúde no governo Lula. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 522-532, jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ZJ3pn4hRCRDMCVhSV9fvnqL/>.

MERCADANTE, Aloizio; ZERO, Marcelo (orgs.). *Governos do PT: um legado para o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de encontros e congressos & programas de governo: parte 1*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Partido dos Trabalhadores, 2023.

POCHMANN, Márcio; GABRIELLI DE AZEVEDO, José Sérgio (orgs.). *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

RIZEK, Cibele Saliba; OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

RIZEK, Cibele Saliba; OLIVEIRA, Francisco de. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo Editorial; FLACSO Brasil, 2013.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As contradições do lulismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

SINGER, André; ARAÚJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (orgs.). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.

SINGER, André; RICUPERO, Bernardo; ARAÚJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (orgs.). *O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra*. Campinas: Editora da Unicamp, 2024.

SOUZA, Nilda Rodrigues de. *Ações afirmativas em universidades públicas brasileiras: uma análise sobre a implantação das cotas raciais*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2017. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/4206.pdf.

Notas

^[1] Como a questão não será o tema central da reflexão, recomenda-se, para quem desejar aprofundar-se no debate, a leitura

de: PARISER, Eli. O filtro invisível. O que a Internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012; SILVA, Cláudia M. Felix de Vico Arantes da. Democracia 4.0: Uma breve discussão sobre a *fake news* e os limites constitucionais do direito fundamental à liberdade de expressão em tempos de segurança humana. Teorias da Democracia e Direitos Políticos, v. 7, n. 1, 2021; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (Org.). Cidadania e redes digitais. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá - Educação e Tecnologias, 2010; CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (orgs.). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária; Fundação Perseu Abramo, 2021 e SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. Coleção Democracia Digital. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

[ii] Sobre o programa democrático popular petista, conferir: ARGÔLO, Herick. A Estratégia Democrático-Popular. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-estrategia-democratico-popular/>, IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (orgs.). *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019; PARTIDO DOS TRABALHADORES; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Resoluções de encontros e congressos & programas de governo: parte 1*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Partido dos Trabalhadores, 2023.

[iii] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Brasil). *O futuro da democracia: inteligência artificial e direitos fundamentais*. Brasília: STF, 2024. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/campanha/anexo/combate/ebookdesinformacao_VOL2.pdf.

[iv] Para dados acerca do desempenho eleitoral dos partidos citados, conferir: <https://pindograma.com.br/2021/02/27/pstupcoup.html>, <https://www.tse.jus.br/eleicoes/tabela-com-a-representatividade-dos-partidos-politicos-e-das-federacoes-na-camara-dos-deputados-e-no-senado-federal> e https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2022. Por contar com uma composição diversa, que inclui parlamentares que votam majoritariamente com o governo, como Erika Hilton, Guilherme Boulos e Talíria Petrone; outros com perfil mais independente, como Chico Alencar, Ivan Valente e Luiza Erundina; e ainda aqueles que se posicionam mais à esquerda, como Sâmia Bomfim e Glauber Braga, optei por tratar o PSOL separadamente dos demais partidos. Para dados sobre seu desempenho eleitoral, ver: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/tabela-com-a-representatividade-dos-partidos-politicos-e-das-federacoes-na-camara-dos-deputados-e-no-senado-federal>; <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/17/doze-partidos-alcancam-clausula-de-barreira-16-ficam-de-fora>

[v] Desde sua origem, o Partido dos Trabalhadores tem sido objeto de diversos estudos, incluindo livros e trabalhos acadêmicos. Como síntese, recomenda-se a leitura de: BARROS, Celso Rocha de. *PT, uma história*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022; MENEGOZZO, Carlos Henrique Metidieri; KAREPOVS, Dainis; MACIEL, Aline Fernanda; SILVA, Patrícia Rodrigues da; CESAR, Rodrigo. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013 e SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018. Especificamente sobre o livro escrito por Rocha de Barros, ver: <https://aterraeredonda.com.br/pt-e-pcb/>

[vi] Já na década de 1980, o jornalista Perseu Abramo, em um ensaio clássico publicado ainda naquele período, demonstrava que “uma das principais características do jornalismo no Brasil hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação. O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade (...) A relação que existe entre a imprensa e a realidade é parecida com a que existe entre um espelho deformado e um objeto que ela aparentemente reflete”. Ver: ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

[vii] Segundo balanço divulgado pela Secretaria Nacional de Organização do Partido dos Trabalhadores (Sorg), a mais recente Campanha Nacional de Filiação, iniciada em dezembro de 2024, resultou em 341.315 novas filiações, elevando o

total de filiados e filiadas ao partido para 2.949.507. Os estados com maior número de novas filiações foram: Rio de Janeiro (82.832), Ceará (39.373), Bahia (26.429), Pernambuco (26.082), Pará (25.562), São Paulo (22.229), Maranhão (21.264) e Alagoas (18.946). Disponível em: <https://pt.org.br/pt-filia-mais-de-340-mil-e-chega-a-quase-3-milhoes-de-filiados-as-em-todo-o-brasil/>. Cabe destacar que a base de dados do TSE aponta que o partido conta atualmente com 1.678.286 filiados; contudo, os dados referentes ao ano de 2025 ainda não constam nesse sistema, acessar: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/evolu%C3%A7%C3%A3o-do-quantitativo-de-fi?session=28348261864644>

[viii] Para aprofundamento sobre a distinção entre partido e governo, bem como análises críticas acerca do PT e do lulismo, recomenda-se consultar a produção realizada pelo Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC) e as obras individuais de André Singer, que em grande parte são tributárias das reflexões geradas pelos debates e reflexões forjadas no centro: RIZEK, Cibele Saliba; OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010; RIZEK, Cibele Saliba; OLIVEIRA, Francisco de. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007; SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As contradições do lulismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016; SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; e SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Conferir ainda: SINGER, André; ARAÚJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (orgs.). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022 e SINGER, André; RICUPERO, Bernardo; ARAÚJO, Cícero; RUGITSKY, Fernando (orgs.). *O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra*. Campinas: Editora da Unicamp, 2024.

[ix] Ver: GUERRA, Alexandre; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de; MELLO, Guilherme Santos; ROCHA, Igor; JAKOBSEN, Kjeld (et al.). *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016; MERCADANTE, Aloizio; ZERO, Marcelo (orgs.). *Governos do PT: um legado para o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018 e SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo Editorial; FLACSO Brasil, 2013.

[x] Ver: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111226_grabretanhabrasil_ss

[xi] Ver: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, n. 62, abr. 2017. São Paulo: Ipea, 2017. 40 p. Série Boletim; n. 62. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62.pdf. Apesar dos notáveis avanços, não se pode desconsiderar que o período também representou um momento de transformação nas relações de trabalho, marcado em muitas categorias pela precarização e informalidade. Com sua trilogia de estudos sobre o precariado, o sociólogo e professor Ruy Braga desenvolveu uma ampla reflexão sobre o tema. Conferir: BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012; BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017 e BRAGA, Ruy. *A angústia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023. Recomenda-se ainda a leitura de: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020; ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020; e ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: a nova era no mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

[xii] O Coeficiente de Gini é uma medida estatística usada para avaliar o grau de desigualdade na distribuição de renda ou riqueza em uma sociedade. Variando de 0 a 1 (ou de 0% a 100%), quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a distribuição; quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda em poucas mãos. Em resumo, valores baixos indicam maior equidade, enquanto valores altos revelam forte desigualdade socioeconômica.

[xiii] Ver: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Fome Zero: uma história brasileira*. Vol. 1. Brasília, DF: MDS, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. e BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O Brasil sem miséria*. Organização de Tereza Campello, Tiago Falcão e Patricia Vieira da Costa. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf

[xiv] Ver: FAO, IFAD and WFP. 2014. The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/ad888f5b-a590-43d9-b066-9a852b95777e/content> e CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (orgs.). *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

[xv] PIRES, Luciene Lima de Assis; LIMA DE OLIVEIRA, Denise. Políticas de expansão do ensino superior nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff: reflexões sobre o Prouni, o Reuni e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Itinerarius Reflectionis*, Jataí-GO, v. 19, n. 3, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/76935>.

[xvi] Ver: AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 57, p. 123-140, mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987316245708>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4BhqdWbbyKRGKPBwhH3QQN>. ; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Faculdade de Educação. *Lula e o Ensino Superior*. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/lula-e-o-ensino-superior/>. e Durante governo Lula, expansão do acesso ao ensino superior se deu com apoio das particulares. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 dez. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/durante-governo-lula-expansao-do-acesso-ao-ensino-superior-se-deu-com-apoio-da-s-particulares-2905475>.

[xvii] Ver: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Avaliação do Programa Universidade para Todos (Prouni)*. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAS), 2022. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2022/avaliacoes-conduzidas-pelo-cmas/prouni_relatorio_de_avaliacao.pdf. ; FERREIRA, Ivanilde de Jesus dos Santos; FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Nilma Lino. *UFMG: Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://alteritas.paginas.ufsc.br/files/2020/06/UFMGA%C3%A7%C3%B5es-Afirmativas-no-ensino-superior-brasileiro.pdf>. e SOUZA, Nilda Rodrigues de. *Ações afirmativas em universidades públicas brasileiras: uma análise sobre a implantação das cotas raciais*. 2017. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2017. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/4206.pdf.

[xviii] Ver: LAPA, Ademir. *Programa Mais Médicos: uma contribuição à análise da oferta de ações e serviços de saúde*. 2018. 79 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde) - Escola Fiocruz de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2018. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_mais_medicos_contribuicao_analise_oferta_acoes_servicos_saude.pdf. MARQUES, Rosa Maria; PIOLA, Sérgio Francisco; CARRILLO ROA, Alejandra (Orgs.). *Sistema de saúde no Brasil: organização e financiamento*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES); Brasília: Ministério da Saúde, Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento; OPAS/OMS no Brasil, 2016. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_saude_brasil_organizacao_financiamento.pdf. ; MENICUCCI,

Telma Maria Gonçalves. A política de saúde no governo Lula. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 522-532, jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ZJ3pn4hRCRDMCVhSV9fvnqL/>.

[xix] Ver: EUCLYDES, Fillipe Maciel; MOREIRA, Vinícius de Souza; HOELZLE MARTINS, Andreia de Fátima; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. *O processo de política pública do “Minha Casa, Minha Vida”: criação, desenvolvimento e extinção*. Revista de Sociologia e Política, v. 30, e020, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/XzN3FcCLxhX7dtzWBfdbhyN/>; *Minha Casa, Minha Vida garantiu moradia digna a 10 milhões de brasileiros*. São Paulo, 2016 (atualizado até abril de 2016). Disponível em: <https://institutolula.org/minha-casa-minha-vida-moradia-digna-a-10-milhoes-de-brasileiros>. ; MIGLIOLI, Aline Marcondes. *Os impactos do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”: uma análise dos casos de São Paulo e Recife*. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/dfd15654-087b-40c6-bce3-b4e420a73d61/content>

[xx] GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos*. Planejamento e Políticas Públicas – PPP, n.15, jun. 1997. Brasília: Ipea, 1997. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/download/123/125> ; Ministério do Desenvolvimento Regional. *Governo avança em programa para reduzir desigualdades e diversificar economia regional*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/governo-avanca-em-programa-para-reduzir-desigualdades-e-diversificar-economia-regional>.

[xxi] Segundo José Luís Fiori: Na primeira década do século XXI, o Brasil vivenciou um movimento semelhante. Após anos de alinhamento quase automático às grandes potências ocidentais, o país passou a buscar maior autonomia no cenário internacional, fortalecendo sua capacidade de sustentar suas posições com base em seu peso político, econômico e militar. Esse processo foi impulsionado pela liderança de um presidente cuja influência e carisma ultrapassaram as fronteiras nacionais, projetando sua imagem no plano global. FIORI, José Luís. Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. Ver também: FORTES, Alexandre; FRENCH, John. *A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo = The “Lula Era”, the 2010 presidential elections and the challenges of post-neoliberalism*. *Tempo Social*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2012. DOI: 10.1590/S0103-20702012000100011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MCpn4TVRLsJtFH84JT3jxCS/>.

[xxii] Durante e após a concretização do golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência foi construída uma substancial bibliografia sobre o acontecimento, destaco as seguintes: CITTADINO, Gisele Guimarães; PRONER, Carol; RAMOS FILHO, Wilson; TENENBAUM, Márcio (organizadores). *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6; Projeto Editorial Praxis, 2016; JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (organizadores). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016; PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; NEUENSCHWANDER, Juliana; PEIXOTO, Katarina; GUIMARÃES, Marília Carvalho (organizadores). *A resistência internacional ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6; Projeto Editorial Praxis, 2016 e GUERRA, Alexandre; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de; MELLO, Guilherme Santos; ROCHA, Igor; JAKOBSEN, Kjeld (et al.). *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. Em síntese podemos afirmar que o golpe de 2016 não foi um evento inesperado, mas resultado de uma crise acumulada. Dilma Rousseff assumiu o governo em 2011 com amplo apoio, mas começou a perder força já na metade do primeiro mandato. As manifestações de 2013, inicialmente motivadas pela redução da tarifa do transporte público, cresceram rapidamente e foram apropriadas pela mídia e oposição para criticar o governo federal, enfraquecendo o apoio popular. A campanha eleitoral de 2014 foi marcada por disputas acirradas, crises políticas e polarização econômica entre propostas neoliberais e desenvolvimentistas. Dilma venceu por margem apertada, mas a oposição contestou a vitória e tentou impedir sua posse. A nomeação de Joaquim Levy e as mudanças econômicas anunciadas abalaram ainda mais a popularidade do governo. Além disso, a atuação de Eduardo Cunha na presidência da

a terra é redonda

Câmara dificultou a aprovação de projetos do governo, prejudicando a governabilidade. O vazamento seletivo de denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras gerou paralisação política, crise econômica e criou o ambiente propício para a abertura do processo de impeachment.

[xxiii] Para uma radiografia do desmonte pós golpe de 2016, ver as seguintes publicações: CARDOSO JR., José Celso (org.). *A Constituição golpeada: 1988-2018*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Marcio (organizadores). *Brasil: Estado social contra a barbárie*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. POCHMANN, Márcio; GABRIELLI DE AZEVEDO, José Sérgio (orgs.). *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

[xxiv] Ver: Projeção de crescimento da economia sobe de 3,2% para 3,5% em 2024. *Agência Brasil*, 12 dez. 2024. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-12/projecao-de-crescimento-da-economia-sobe-de-32-para-35-em-2024>, Produto Interno Bruto do Brasil cresce 1,4% no 1º trimestre de 2025, puxado pela agropecuária. *Gov.br*, 2 jun. 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/junho/produto-interno-bruto-do-brasil-cresce-1-4-no-1o-trimestre-de-2025-puxado-pela-agropecuaria>.

[xxv] Ver: *Emprego: média de desemprego em 2024 é a menor já registrada — 6,6%*. Brasília, 31 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/emprego-media-de-desemprego-em-2024-e-a-menor-ja-registrada-6-6>, *Taxa de desemprego é a menor para o período desde 2012*. Agência Brasil, 16 mai. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-05/taxa-de-desemprego-menor-para-o-periodo-desde-2012>.

[xxvi] Ver: *Em 2023, a pobreza no país cai ao menor nível desde 2012*. Agência de Notícias do IBGE, 4 dez. 2024. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>, *IBGE: renda média dos brasileiros aumenta e desigualdade social no País chega à mínima histórica*. CartaCapital, maio 2025. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ibge-renda-media-dos-brasileiros-aumenta-e-desigualdade-social-no-pais-chega-a-minima-historica>, *Renda per capita bate recorde em 2024, aponta IBGE*. IstoÉ Dinheiro, 8 mai. 2025. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/renda-per-capita-bate-recorde-em-2024-aponta-ibge>.

[xxvii] Ver: *Indústria brasileira fecha 2024 com crescimento de 3,1%*. Brasília, 5 fev. 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/02/industria-brasileira-fecha-2024-com-crescimento-de-3-1>, e *Indústria brasileira cresce 2,9% em 12 meses e reforça retomada*. Brasília, [2025]. Disponível em: <https://ptnosenado.org.br/industria-brasileira-cresce-29-em-12-meses-e-reforca-retomada/>.

[xxviii] Ver: *Balança comercial tem superávit de US\$ 74,5 bilhões em 2024, segundo melhor resultado da série histórica*.

Brasília, 7 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/balanca-comercial-tem-superavit-de-us-74-5-bilhoes-em-2024-segundo-melhor-resultado-da-serie-historica>.

[xxix] Ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-01/banco-central-setor-publico-registra-deficit-de-04-do-pib-em-2024>; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de; DWECK, Esther; ROSSI, Pedro (orgs.).

Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018; VIEIRA FILHO, Luiz Alberto Marques; ROSSI, Pedro. *Dívida pública e falta de sinergia entre o Tesouro e o Banco Central no Brasil no período 2004/2016*. *Brazilian Keynesian Review*, v. 9, n. 1, p. 29-52, 1º sem. 2023. Disponível em: <https://www.braziliankeynesianreview.org/BKR/article/view/295/184>

[xxx] Ver: FAGNANI, Eduardo. *A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica*. Texto para discussão IE/UNICAMP, Campinas, n. 192, jun. 2011. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3105/TD192.pdf>; MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. *Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior*. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 526-547, jul./set. 2018, SILVA, Danielly Caroliny de Andrade. *Uma análise do desenvolvimento e os efeitos econômicos e sociais dos programas PAC e Bolsa Família no Nordeste (2003-2016)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40562>.

[xxxii] SICSÚ, João. Governos Lula: a era do consumo? *Revista de Economia Política (REP)*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 128-151, jan. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/GRkX8Xwf6QfkRVqwWKOQw3j/>

[xxxiii] ANDRÉS, Roberto. *Os novos desafios do lulismo*. Revista Piauí, São Paulo, 30 out. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/os-novos-desafios-do-lulismo/>.

[xxxiiii] BENJAMIN, Walter, *Teses sobre o conceito de história*. In: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

[xxxv] Ver: MARTINS, Carlos Eduardo. Fim da Nova República? *Blog da Boitempo*, 16 mar. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/16/fim-da-nova-republica/>; PERLATTO, Fernando; DULCI, João; CHALOUN, Jorge (orgs.). *A Nova República em crise*. Curitiba: Appris, 2020.

[xxxvi] Ver: "Com emendas, Brasil caminha para parlamentarismo sem esse nome, diz Gilmar." *Consultor Jurídico (ConJur)*, 29 abr. 2025. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2025-abr-29/com-emendas-brasil-caminha-para-parlamentarismo-sem-esse-nome-diz-gilmar/>; Sistema presidencialista está em xeque com emendas impositivas, avaliam especialistas no STF. *Brasil de Fato*, Brasília, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/06/27/sistema-presidencialista-esta-em-xeque-com-emendas-impositivas-avaliam-especialistas-no-stf/>

[xxxvii] Ver: COSTA, Daniel. É urgente discutir e pensar um projeto de país. *Jornal GGN*, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidadania/e-urgente-discutir-e-pensar-um-projeto-de-pais-por-daniel-costa/>.

[xxxviii] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.